

Declaração de Direito Autoral

Os direitos são do autor, com direito de primeira publicação para a revista, a ser mencionado em outras publicações.



Revista UNIABEU está licenciado sob uma [licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs](#).

Fonte: <http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/about/submissions#copyrightNotice>.

Acesso em: 27 jun. 2017.

METODOLOGIAS DE CUSTOS APLICÁVEIS AO ENSINO PÚBLICO: ENSINO PROFISSIONAL, TEORIA DO CAPITAL HUMANO E CUSTO- ALUNO

**ABIMAEEL DE JESUS BARROS COSTA¹, Ana Paula de Melo Batista², Eduardo
Caetano Tavares Caetano Tavares³, Marco Aurélio de Sousa⁴**

RESUMO: O objetivo geral da pesquisa foi identificar metodologias de custo-aluno aplicadas ao ensino. O Plano Nacional de Educação, no que tange aos cursos técnicos, propõe medidas arrojadas que, se forem colocadas em prática, contribuirão para consolidar esse segmento de ensino. A metodologia aplicada neste estudo foi construída em três partes, a primeira trata da contextualização histórica do ensino profissional no Brasil, a segunda relaciona a Teoria do Capital Humano aos cursos de formação profissional, e a terceira, de uma revisão da literatura quanto às metodologias de apuração do custo-aluno no ensino público. A Teoria do Capital Humano, utilizada na pesquisa como suporte teórico, preconiza que os gastos em educação devem ser tratados como investimento, daí surge a relação entre qualificação profissional e melhores rendimentos futuros. As metodologias de custo-aluno mais citadas na revisão de literatura foram realizadas por Schwartzman (1994), Reinert (2005), Tribunal de Contas da União (TCU) (2002) e FORPLAD (2003).

Palavras-chave: Custo no Setor Público; Teoria do Capital Humano; Ensino Profissional e Tecnológico.

METHODS OF COSTS APPLICABLE TO PUBLIC EDUCATION: PROFESSIONAL EDUCATION, THEORY OF HUMAN CAPITAL AND COST-STUDENT

ABSTRACT: The overall objective of the research was to identify methodologies for cost-student applied to teaching. The National Education Plan, with respect to technical courses, proposes bold measures that, if put in place, will contribute to consolidating this educational segment. The methodology used in this study was built in three parts: the first one deals with the historical context of vocational education in Brazil, the second relates to the Human Capital Theory to vocational training courses, and the third, in a review of the literature regarding the calculation methods the cost per student in public education. The Theory of Human Capital, used in research as theoretical support, calls for spending on education should be treated as an investment; there arises the relationship between professional qualification and better future performance. Methodologies for cost-student most cited in the

¹ Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias Universidade de Brasília – UnB. acosta@unb.br

² Bacharelanda em Ciências Contábeis pelo DCCA Universidade de Brasília – UnB. mb.anapaula@hotmail.com

³ Bacharelando em Ciências Contábeis pelo DCCA Universidade de Brasília – UnB. acosta@unb.br

⁴ Bacharelando em Ciências Contábeis pelo DCCA Universidade de Brasília – UnB. marcosousa41@hotmail.com

literature review were performed by Schwartzman (1994), Reinert (2005), the Federal Audit Court (TCU) (2002) and FORPLAD (2003).

Keywords: Public Sector Costs; Theory of Human Capital; Professional and Technological Education

1. CONTEXTO

O ensino profissional vem sendo desenvolvido desde o período colonial e tem um histórico marcado por diferentes contrastes, pois sempre teve um caráter assistencialista a fim de proporcionar educação e aptidões voltadas para o mercado de trabalho, abrangendo a parcela mais pobre da população (GARCIA, 2000; CORDEIRO e COSTA, 2012; MEC, 2012). O ensino profissional, atualmente, atende mais especificamente as reais necessidades dos diferentes negócios, além da rápida formação e do ensino prático, ao qual os alunos são submetidos. O ensino profissional é promovido pelos governos no âmbito federal, estadual e municipal.

A primeira década de 2000 foi marcada pelo apogeu dos cursos profissionalizantes devido à criação de novas unidades da Rede Federal de Educação Profissional. Segundo o MEC (2012), estão matriculados cerca de 300 mil alunos somente em cursos técnicos, sendo que o orçamento de 2012 do Ministério da Educação para a Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com o Portal MEC, encontra-se em R\$ 811,6 milhões (MEC, 2012). Diante do investimento do governo, é necessário conhecer o custo-aluno, bem como estimar o benefício social futuro do ensino técnico, para que se possa criar um sistema eficaz e de excelência de informação que subsidie a tomada de decisão dos gestores públicos. Desta forma, a presente pesquisa respondeu a seguinte problemática: Quais modelos de custo-aluno podem ser aplicados ao ensino profissional?

A Teoria do Capital Humano, tendo em Theodore W. Schultz um dos principais mentores, preconiza que as despesas educacionais, quando realizadas, são consideradas como um investimento. Nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa foi identificar metodologias de custo-aluno aplicadas ao ensino público. Já os objetivos específicos são: (i) apresentar a evolução histórica do ensino profissional no Brasil; (ii) relacionar a Teoria do Capital Humano com o ensino profissional; (iii) levantar as metodologias de custo-aluno aplicadas ao ensino público.

A investigação está estruturada em cinco seções. A primeira trata da presente introdução. Na segunda encontram-se os procedimentos metodológicos. Na terceira a fundamentação teórica. As metodologias de custo-aluno são apresentadas na quarta seção. Na quinta seção serão apresentadas as considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que se consiga cumprir os objetivos da pesquisa, enunciados anteriormente, faz-se necessária a definição da metodologia da pesquisa, bem como o delineamento claro dos métodos e das técnicas a serem adotadas. Para Gil (2010) e Lakatos e Marconi (2010), os métodos e as técnicas metodológicas proporcionam respostas aos problemas que são propostos. A metodologia do trabalho foi construída em três partes, a primeira parte trata da contextualização histórica do ensino profissional no Brasil, a segunda parte relaciona a Teoria do Capital Humano aos cursos de formação profissional e a terceira e, última parte, é uma revisão da literatura quanto às metodologias de apuração do custo-aluno no ensino público.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ano de 2012 foi decisivo para a educação no Brasil, pois foi nesse ano que foi votado pelos deputados o Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê 10% do PIB para educação. Em 2013, o PNE foi aprovado pelos senadores da república. O texto legal define como metas e estratégias uma série de iniciativas que se referem à educação profissional. O texto é amplo e ousado, mas era previsível essa iniciativa do governo ao levar em consideração que durante o governo Lula foram retomados investimentos na educação profissional, uma vez que a linha de governo é a mesma. As medidas elencadas no PNE eram previsíveis e, de certo modo, são um avanço nesse amplo segmento de ensino que é a educação profissional.

No quadro abaixo foram elencados as datas, as principais medidas tomadas e um pequeno comentário no que se refere aos cursos técnicos no Brasil. Algumas datas já foram mencionadas no texto, mas a intenção do Quadro 1 foi criar uma linha do tempo de modo que a repetição destas é um item necessário para um melhor entendimento.

Quadro 1- Principais fatos históricos do Ensino Profissional

Ano	Breve descrição
1827	É aprovado um projeto no qual é organizado pela primeira vez o ensino público no país.
1834	É feita a descentralização do ensino, na qual as províncias ficaram responsáveis pelo ensino primário e o governo central ficou responsável pelo ensino superior.
1941	A reforma Capanema reformulou o ensino no Brasil.
1971	É aprovada a LDB 5.692/71 que torna compulsório o ensino profissionalizante
1982	É aprovada a lei 7.044/82 que tira do ensino médio a obrigatoriedade de qualificar para o trabalho
1996	É aprovada a LDB 9.349/96, em que a educação profissional passou a ser desenvolvida em articulação com o ensino ou em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.
1997	O decreto nº2.208/97 foi amplamente contestado por não atingir os objetivos da democracia e da qualidade da educação profissional e por não fornecer subsídios para a emancipação da classe trabalhadora.
2004	É revogado o decreto nº2.208/97 de extinção dos cursos técnicos, no governo Lula.
2005	Lei nº11.195/05, expansão da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica, que vão integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
2011	Lei nº 12.513/11, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
2012	Ano de votação do Plano Nacional de Educação, que prevê 10% do PIB para educação.

Fonte: elaborado pelos autores baseados em Cordeiro e Costa (2006); Garcia (2000); Tuppy (2007) e MEC, 2012.

Diante dessa breve explanação da maneira como se desenvolveu a educação profissional no Brasil, nota-se que a história do ensino superior no país é curta e que a educação profissional foi discriminada durante muito tempo. Evidencia-se que o ensino médio na época da criação da LDB tinha por objetivo direcionar o estudante para o mercado trabalho, tendo em vista, o cenário crescente da industrialização em que o Brasil se encontrava. A partir dos dados supracitados, é possível inferir que o ensino profissional é essencial para o desenvolvimento de uma nação. No caso do Brasil, houve alta demanda por profissionais qualificados devido à transição do sistema tradicional agroexportador para uma economia industrial, forçando, assim, o governo a formular uma série de medidas, como exemplo mais recente, o PRONATEC, como tentativa de acompanhar o progresso do mercado e ao mesmo tempo investir em capital humano.

3.1. Teoria do Capital Humano e o Ensino Profissional

A educação no Brasil é vista por todas as classes como um item essencial para o país, porém, são muitos os dilemas ocasionados pela questão da influência da educação na vida das pessoas, sendo que diversos questionamentos surgem

diante desse raciocínio, entre eles, se realmente as oportunidades no mercado de trabalho serão mais vastas com o acúmulo de conhecimento; Quais externalidades são geradas a partir do investimento na formação profissional? Investimento por parte do governo ou privado?, entre outros (SCHULTZ, 1971; 1973; RESENDE E WYLLIE, 2006). Na visão de Pires (2005), a educação abre caminhos para o homem explorar, conhecer e se humanizar, além de aumentar as suas potencialidades, sendo sua maior função a de transformar.

Cada vez mais sendo vista como caminho para o desenvolvimento social, a educação ganhou aspectos que a tornaram necessária ao homem moderno, empenhado em atingir o êxito profissional na medida em que o mercado apresenta uma forte demanda por informação e conhecimento, ou seja, a educação se torna necessária para o sucesso. O trabalhador, por sua vez, deve se adaptar para não sofrer com o as imposições do sistema capitalista, onde a força de trabalho é vista como uma força produtiva, de acordo com pensamento marxista (RESENDE E WYLLIE, 2006).

A Teoria do Capital Humano busca explicar que há uma forte relação entre o grau de escolaridade dos indivíduos com o sucesso profissional, tanto em relação a melhores condições de trabalho quanto com a valoração dos salários. O processo de obtenção de conhecimento através da disponibilidade de recursos evidencia um investimento no próprio ser humano. Theodore W. Schultz se refere à educação como capital humano e propõe que aumentos na renda nacional são causados em decorrência a adições nessa forma de capital. Na sua visão, investimento em capital humano deveria ser considerado como diferente de consumo. Um exemplo são os gastos com educação e saúde, assim como a utilização do tempo de lazer para o aperfeiçoamento técnico: “Investimento dessa espécie é o responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais por trabalhador” (SCHULTZ, 1973, p. 32). Assim, uma característica peculiar dessa teoria está no fato do capital humano não ser um ativo negociável (SCHULTZ, 1973). Ele é adquirido pelo próprio indivíduo como consequência de um processo de longo prazo que se inicia com a sua inserção no ambiente educacional.

Na economia da educação (SCHULTZ, 1971; 1973), embasada na Teoria do Capital Humano, acredita-se que os gastos com a educação são vistos como um

investimento, algo que trará retornos financeiros futuros que, por sua vez, estão ligados ao mercado de trabalho, como melhores empregos e salários. Para Resende e Wyllie (2006), em economias como a do Brasil, em que há uma enorme desproporção na distribuição de renda, investigar os retornos da educação contribui para que haja uma solução para esse problema.

Durante o período que compreendeu a ideologia “tecnicista” vivida pelo Brasil no século XX, em que houve uma preocupação maior em apoiar o ensino técnico, inclusive instaurando-o em caráter obrigatório, a Teoria do Capital Humano foi usada como suporte teórico, a qual busca explicar que o ser humano é uma espécie de capital, o capital humano; e o investimento no mesmo traria rendimentos futuros, seguindo o pressuposto de que os rendimentos futuros ou crescimento econômico estão relacionados com o nível de investimento no capital humano (FERREIRA JR. E BITTAR, 2008).

Autores como Lemos, Seabra e Balassiano (2005) entendem que a formação profissional se tornou uma estratégia para combater o desemprego no Brasil, sendo a força de trabalho uma ferramenta para o crescimento econômico. Os cursos técnicos profissionalizantes, além de produzirem um aumento no nível de escolarização dos alunos, lhe atribuem aptidões que permitem o seu ingresso na vida produtiva (BRANDÃO, 2011).

Por muito tempo o ensino técnico foi visto como um programa de caráter assistencialista, a fim de beneficiar uma parcela carente da população que não tinha recursos para obter uma formação superior. Ainda que não tenha perdido completamente esse estereótipo, ele se encontra como uma solução para jovens e adultos ingressarem no mercado de trabalho, em busca de ascensão profissional e melhores salários.

Nos últimos anos, o governo tem fomentado programas de apoio à educação profissional e tecnológica no país, como pelo Decreto Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, no qual fica instituída a Rede e-Tec Brasil, que tem a finalidade de ampliar a oferta e o acesso da educação profissional pública, por meio do ensino a distância, de forma gratuita, e com a sanção da Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que, entres outros tópicos, trata da criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem a finalidade de ampliar a oferta de

educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Todos esses programas são de extrema importância para o desenvolvimento da educação profissional tecnológica no país, além do que, promovem a possibilidade de inserção de jovens e trabalhadores em projetos diretamente ligados a obtenção de capital intelectual, que, atualmente, se mostra como uma ferramenta indispensável para se adquirir melhores retornos financeiros, permitindo assim uma melhora na qualidade de vida dessas pessoas e contribuindo ainda com a economia do país, gerando mão de obra especializada e minimizando as diferenças sociais.

Com o auxílio da pesquisa "A Educação Profissional - Você no Mercado de Trabalho", realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2010) em parceria com o grupo Votorantim, elencamos algumas características peculiares ao ensino profissional. Essa pesquisa indica que os salários mensais médios apresentados por pessoas que frequentaram os cursos técnicos são maiores do que o das demais, sendo de R\$ 845,00 contra R\$ 434,00. Evidencia-se também uma hierarquia entre as categorias do ensino profissional, com salários de R\$ 742,00 para nível de qualificação profissional, R\$ 1.258,00 para nível técnico médio, e R\$ 2.680,00 para tecnólogos de nível superior. Numa visão mais específica sobre os cursos de nível técnico, o salário médio mais alto é o do DF (R\$ 2.589,17), seguido pelo Acre (R\$ 1.698,41) e Mato Grosso do Sul (R\$ 1.638,16) (FGV, 2010).

2.3 Terminologias de Custo-Aluno

A palavra custos é aplicada a diversas situações e áreas do conhecimento, tanto no âmbito financeiro quanto no econômico. Neste artigo será utilizada a terminologia contábil de custos, por esta possuir definições específicas, possibilitando a uniformização dos termos. Os conceitos de gasto, investimento, despesa e custo são distintos.

Para Megliorini (2001), gasto é o compromisso financeiro que uma entidade arca para obter bens ou serviços, que pode ser definido como gasto de investimento, quando o recurso for utilizado em vários processos produtivos, ou gastos de consumo, sendo que este ocorre quando o bem ou serviço forem consumidos no momento da produção ou do serviço que a empresa realizar. O gasto implica

desembolso, todavia, tem um conceito diferente, sendo o desembolso o pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço (MARTINS, 2008).

Investimento são gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios futuros, ou seja, são todos os bens e direitos registrados no ativo das empresas para baixa em função de venda, amortização, consumo, desaparecimento ou outros eventos (PADOVEZE, 2003).

Dois conceitos, despesa e custo, que empiricamente parecem sinônimos merecem atenção, referente aos seus significados. Porque as despesas correspondem aos gastos relacionados com a administração e com a geração das receitas de um período contábil, são bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas. Entretanto, custos são gastos, não investimentos, relativos à obtenção dos produtos para gerar benefícios reais ou futuros (MARTINS, 2008).

Como afirma Maher (2001), custo é um sacrifício de recursos, que ao ser consumido se torna despesa. Dessa forma, os custos são reflexos de atitudes, comportamentos, estruturas e modos de operar, que é a parcela do gasto ligado à produção diferentemente da despesa, que é a parcela não ligada à produção. O custo, por ser uma medida de desempenho, só tem funcionalidade quando é relativo a um problema específico e quando se vincula a sistemas de avaliação de desempenho institucional (ALONSO, 1998).

No cálculo do custo, deve-se levar em consideração o custo de oportunidade que é o custo do benefício que se obteria de um sacrifício financeiro por ter aplicado recursos numa alternativa ao invés de outra, ou seja, seria o quanto que se deixou de ganhar. Porém, é um grande desafio mensurar a estimativa do valor do custo de oportunidade na formação de capital humano com investimento na educação (SCHULTZ, 1961).

Sob a perspectiva de custos e despesas em educação apresentado por Hallak (1969), o custo por objeto pode ser direto, quando engloba as despesas correntes com pessoal e material de consumo, ou indireto, que é composto pelos serviços da administração geral e serviços comuns, sendo dependentes de critérios de rateios para serem alocados a cada produto ou serviço unitariamente.

Há diversos sistemas abordados na literatura, tais como: custeio por absorção, custeio variável, custeio padrão, custeio integral ou RKW, unidade de esforço de produção e custeio baseado em atividades (MARTINS, 2008). Devem ser desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada organização, dentre eles, o sistema de custeio baseado em atividades - ABC (*Activity Based Costing*) é o mais indicado e o mais utilizado para as organizações governamentais, ou seja, para o Setor Público. Seu objetivo é controlar de forma efetiva e criteriosa os custos indiretos da produção, por meio de direcionadores de custo, onde a base de custeio são as atividades desenvolvidas na empresa ou instituição, obtendo, portanto, as reais fontes geradoras de custo e informações gerenciais que auxiliarão os tomadores de decisão (ALONSO, 1998).

O cálculo do custo para o Setor Público foi normatizado pela primeira vez com a Lei nº 4.320, em 1964, que obriga a Administração Pública a estabelecer normas nos âmbitos federal, municipal e estadual sobre a elaboração e execução do orçamento público, bem como sobre os demonstrativos contábeis do Poder Público. O segundo avanço sobre essa determinação legislativa ocorreu com o Decreto-Lei nº 200/67, onde se observa a busca da eficiência no Governo ao estabelecer diretrizes para a reforma administrativa e dispor sobre a organização da Administração Federal. Não obstante, observa-se que foram apenas tentativas e que não houve qualquer imposição para o cumprimento das exigências.

Em 1986, com o surgimento do Plano de Contas Único e da Tabela de Eventos, a contabilidade pública foi objeto de amplas alterações, em razão do Decreto nº 93.872 (REMÍGIO, 2002). Nesse mesmo ano, o Governo Federal criou a STN – Secretaria do Tesouro Nacional – para auxiliar o Ministério da Fazenda no controle dos gastos públicos. No ano seguinte, a STN criou o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal –, que atualmente é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial das contas públicas.

A Constituição Federal de 1988, por meio de instrumentos de planejamento e orçamento, em seu artigo 165 apresenta o Plano Plurianual – PPA –, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO –, e a Lei Orçamentária – LOA –, que garante o empenho do Estado para a realização das atividades desenvolvidas pela

administração pública para que haja o atendimento das demandas da população e melhoria das políticas públicas.

Como denota Moura (2003), desde 1964, observa-se a existência de dispositivos legais que apontam uma necessidade de controle de custos. Entretanto, é histórica a fragilidade dos controles de custos nas três esferas da Administração Pública brasileira (FIGUEIRÊDO E NÓBREGA, 2001). Somente em 2008, o sistema de custos passou a ter um projeto executivo, sendo o Ministério da Fazenda o órgão responsável para coordenar a tarefa de conceber e implantar o SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (HOLANDA E MACHADO, 2010; WIEMER E RIBEIRO, 2004).

A seguir serão apresentadas as metodologias de custo-aluno revisadas nesta pesquisa.

4. Metodologias de custo-aluno

O custo-aluno é um indicador que expressa o total de recursos financeiros necessários por aluno, nas unidades de ensino, para a realização de sua produção, ou da atividade fim, nas condições verificadas no momento da apuração (COSTA, 2000). Os primeiros estudos sobre custos educacionais no Brasil foram realizados, no início da década de 70, por Levy, Caprino e Nunes (1970), Castro *et al.*, Assis e Oliveira (1972) e Castro (1973). Como exemplos de investigações pioneiras que desenvolveram rigorosas metodologias de apuração do custo, dois estudos, dentre outros, merecem destaque.

O primeiro estudo foi realizado por Xavier e Marques (1988) para a Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação. Nesse estudo, foram levantados apenas os gastos de funcionamento direto das escolas públicas de primeiro grau. Os custos incluídos nas análises foram as despesas com pessoal docente e não docente; gasto com material de consumo e permanente; serviços de terceiros e outras despesas. Os custos com material permanente foram determinados a partir da taxa anual de depreciação estabelecida. O custo anual do material permanente foi calculado pela divisão entre seu valor de reposição e quantidade de anos de sua vida útil.

Na década de 80, o segundo estudo refere-se a uma avaliação do Projeto de Educação Básica para o Nordeste – EDURURAL, financiado pelo Banco Mundial,

envolvendo escolas dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Os procedimentos utilizados na obtenção das estimativas de custo foram baseados no método de ingredientes. Os custos foram agrupados em três categorias de insumos: de *hardware* – custo de capital –, de *software* -custo de custeio- e de treinamento de professores. Os custos de capital foram determinados levando-se em conta a estimativa da vida útil do bem ou equipamento, e a taxa de juro foi de 10% ao ano, que refletia a produtividade do recurso aplicado considerando sua melhor utilização alternativa ou seu *custo de oportunidade*. Também foram amortizados os custos de treinamento. Todos os custos foram convertidos em dólares para neutralizar os efeitos da inflação.

Tanto no primeiro estudo quanto no segundo, os custos associados ao desenvolvimento inicial da atividade não foram incluídos, nem foram mensurados os custos indiretos associados aos os alunos e suas reais necessidades educacionais (VERHINE, 1998).

É importante destacar o relatório de Vitor Paro (1982), que tratou do custo-aluno do ensino de primeiro e segundo graus na rede estadual de São Paulo. As categorias dos componentes de custo utilizadas nas pesquisas foram: despesas de capital-terreno, prédio e equipamento, despesas correntes – pessoal e consumo –, e despesas sociais – alimentação e assistência odontológica. O referido autor apresenta, de forma detalhada, a metodologia utilizada na depreciação do prédio escolar e dos equipamentos, explicitando como se calcula a parcela do componente desses bens de capital em um ano. A peculiaridade deste estudo é que os resultados apresentados foram considerados com base do cálculo do custo-aluno-anual relativo à quantidade de alunos aprovados. O Quadro 2 apresenta elementos básicos para referenciar estudos de custos educacionais com indicação de métodos de cálculo e de análise.

Quadro 2 - Metodologias de Custo-Aluno aplicadas ao ensino

Autores	Pesquisas realizadas	Metodologia
Gaetani e Schwartzman (1991)	Gonçalves (1994)	Propôs um sistema de indicadores para as universidades brasileiras, abordando uma discussão de indicadores de desempenho.
Amaral (2002)	Soares, Mazon e Melo (2010)	Metodologia que considera de forma separadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão para o cálculo do custo por aluno e exclui o pagamento com inativos, pensionistas e precatórios. É uma modelagem que pondera os custos e constrói um quadro de equivalência à graduação.

TCU (2002)	Chiau (2010); Freire; Barbosa e Crisóstomo (2007); Machado (2004)	Elaborou nove indicadores de desempenho, dentre eles o custo aluno. É uma metodologia de indicadores de custo para serem incluídos nos relatórios de gestão das IFES por meio da Decisão Plenária nº 408/2002.
Morgan (2004)	Costa <i>et. al.</i> (2009)	A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília.
Reinert (2005)	Costa, Freire, Filho <i>et al.</i> (2010)	Apresenta o MÉTODO ABCd – um novo sistema de apuração de custos para as IFES com foco particular no custo das atividades de ensino.
FORPLAD (2003)	Costa e Silva (2006); Dantas (2011);	Baseia-se em nove indicadores gerais e específicos sobre Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Acervo Bibliográfico e Hospitais Universitários.

Fonte: Elaborado pelos autores

Verificou-se, dessa forma, que as demandas de pesquisas sobre essa temática – custos educacionais – é maior quando diz respeito às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Isso ocorre porque os gastos sociais em educação superior são predominantemente destinados às IFES (CASTRO *et al.*, 2008).

Cleiton Silva (2010) diz que uma investigação mais profunda mostra que a comparação entre as diferentes modalidades de ensino (PROEJA, EAD, programa e-TEC) ofertadas impossibilita identificar os reais custos envolvidos no processo educativo. O referido autor faz uma pesquisa exploratória no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, no *campus* Inhumas, conclui que há a necessidade de se formular e implantar um sistema de apuração de custos na Rede Federal, a fim de que se possam realizar comparações no processo da tomada de decisão. Porém, no momento que o governo federal implementar a NBCASP 16.11 e o SIC, que tratam dos sistemas de custeio do setor público, essa falta de informação será superada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão gradual que se vem desenvolvendo ao longo dos anos, bem como o apogeu que teve na primeira década de 2000, o ensino profissional e tecnológico foi enfatizado neste artigo pela sua importância como um componente da economia da educação. A pesquisa procurou explicar as metodologias de custo-

aluno aplicáveis ao ensino. Embasados num contexto histórico que serve para ligar fatos, bem como expor a evolução histórica que se iniciou no período colonial, permeou o Império e República e, hoje, está em voga como um conjunto de políticas públicas no PNE. Além disso, a Teoria do Capital Humano corrobora esse modelo de ensino ao defender que um maior investimento em educação repercute na renda da população.

No tocante às metodologias de custo-aluno aplicadas ao ensino público, verificou-se que também podem ser aplicadas ao ensino tecnológico, a fim de melhorar a gestão do PRONATEC. O Sistec representa uma evolução, entretanto, cabe salientar que há diversas peculiaridades nessa modalidade de ensino, dificultando assim a padronização do sistema.

Durante os dez anos do governo anterior ao Lula, o ensino profissional foi deixado de lado. Nessa relação entre formação para o fazer e formação para o saber, talvez a segunda vença. O peso do que se formou no consciente coletivo das pessoas sobre o ensino profissional pode ser decisivo nessa escolha, alterando significativamente as relações de emprego. Com isso se verifica na necessidade de incentivar, ainda mais, políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, visto que o futuro da economia brasileira depende de profissionais capacitados.

Nessa ordem de ideias, pode-se afirmar que tanto o problema quanto os objetivos da pesquisa foram alcançados. Por fim, cabe destacar que este trabalho apresenta diferencial em relação a outros de mesmo tema, dado que faz uma revisão da literatura e apresenta as principais metodologias de custo-aluno que podem ser aplicadas no ensino público. Desta forma, torna-se necessária a realização de pesquisas futuras aplicando as metodologias em instituições de educação profissional e tecnológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, M. *Custo no Serviço Público*. Texto para Discussão - ENAP. Brasília-DF: n 31. Out. 1998.

AMARAL, N. C. Evolução do custo do aluno das IFES: eficiência? *Revista de Avaliação Institucional da Educação Superior*. v. 9, n. 2, pp. 115-125. São Paulo, jun. 2002.

BRANDÃO, C. F. O ensino profissional no plano nacional de educação: oferta, atendimento e formação do profissional. *Camine: Caminhos da Educação, Franca, SP*, vol. 3, n. 1, 2011.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 4, de 08 de novembro de 1999: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol04_99.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2012.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ministério da educação Centenário da rede federal de Educação profissional e tecnológica*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Secretaria do Tesouro Nacional*. Serviço de referência: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

CASTRO, J. A. *et al. Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005*. Brasília, DF: IPEA, 2008. 43 p. (Texto para discussão n. 1324)

CHIAU, A. V. *Custos nas Instituições Federais de Ensino Superior: análise comparativa entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CORDEIRO, D.; COSTA, E. A. P. Jovens Pobres e a Educação Profissional no Contexto Histórico Brasileiro. *Trabalho Necessário, Universidade Federal Fluminense*, Ano 4, nº 4, 2006.

COSTA, A. J. B.; FREIRE, F. S.; RIBEIRO FILHO, A. D. R.; NASCIMENTO JÚNIOR, E. R. N. Custo-Aluno do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB): o caso da Universidade de Brasília. In: *VI Congresso brasileiro de educação superior a distância - ESUD*, 2009, São Luís-MA.

DANTAS, C. B. *Análise da utilização de indicadores de desempenho pelo Ministério da Educação para o financiamento dos hospitais universitários federais no período de 2004 a 2008*. 2011. 62 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Caderno Cedes, Campinas, SP*, vol. 28, n. 76, pp. 333-355, set./dez. 2008.

- FIGUEIRÊDO, C. M. C.; NÓBREGA, M. A. R. *Os Municípios e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Perguntas e Respostas*. Porto Alegre, 2001. Disponível em <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_lrf_municipios.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2012.
- FORPLAD. *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração*.
- FREIRE, F. S.; CRISÓSTOMO, V. L.; CASTRO, J. E. G. Análise dos indicadores de gestão das Ifes e o desempenho discente no Enade. *Avaliação, Campinas*; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, pp. 317-344, jul. 2011.
- GAETANI, F.; SCHWARTZMAN, J. *Indicadores de produtividade nas Universidades Federais*. São Paulo: NUPES, 1991.
- GARCIA, S. R. O. *O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil*. In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010
- GONÇALVES, E. L. *Indicadores de avaliação institucional: a USP e a Faculdade de Medicina de São Paulo*. São Paulo: NUPES, 1994.
- HALLAK, J. *Custos e despesas em educação*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. In: *Fundamentos do planejamento educacional*. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 69
- Indicadores de Gestão. 2003. Disponível em: <http://forplad.andifes.org.br/INDICADORES_GESTAO_IFES.doc>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MACHADO, N.; HOLANDA, V. B. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 44(4):791-820, jul./ago., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2012.
- MACHADO, S. B. *Utilização de indicadores de desempenho na avaliação de gestão realizada pelo TCU*. Monografia (Especialização) - Instituto Serzedêllo Correia do Tribunal de Contas da União, Brasília, 2004.
- MAHER, M. *Contabilidade de custos: criando valor para a administração*. 5. ed. São Paulo: Altas, 2001.
- MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEGLIORINI, E. *Custos*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- MORGAN, B. F. *A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília*. 2004. 161 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- MOURA, J. F. M. *O Sistema de Contabilidade do Governo Federal na Mensuração dos Custos dos Programas de Governo e das Unidades Gestoras*. 2003. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PADOVEZE, C. L. Curso básico gerencial de custos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PARO, V. H. *O custo do ensino público no Estado de São Paulo – estudo de custo-aluno na rede estadual de primeiro e segundo graus*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº. 43, pp. 3-29, 1982.

PETER, M. G. A.; MARTINS, E.; PESSOA, M. N. M.; PETER, F. A. Proposta de um sistema de custos para as Universidades Federais Brasileiras fundamentado no *Activity Based Costing*. *Anais da XXVII Reunião Anual da ANPAD, São Paulo, 2003*.

PIRES, V. Economia da Educação: para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005, 142 p.

REINERT, C. *Metodologia para apuração de custos nas IFES brasileiras*. 2005. 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

REMÍGIO, H. G. *Custos no serviço público: um modelo aplicado ao custeio dos processos judiciais*. 2002. 167 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

RESENDE, M.; WYLLIE, R. Retornos para educação no Brasil: Evidências empíricas adicionais. *Economia Aplicada, Ribeirão Preto, SP, v. 10, n. 3, pp. 349-365, jul./set., 2006*.

SCHULTZ, T. W. (1971). *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, 252 p.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOARES, T. C.; MAZON, G.; MELO, P. A. de. Custo por Aluno: uma comparação entre UFSC e Unisul. *Revista de Contabilidade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v. 4, n. 1, pp. 84-91, jan./abr., 2010*.

TUPPY, M. I. N. A Educação Profissional. In: OLIVEIRA, R. P. O; ADRIÃO. T.(Org). *Organização do ensino no Brasil: Níveis e modalidades na Constituição e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2007, pp. 107-121.

WIEMER, A. P. M.; RIBEIRO, D. C. Custos no Serviço Público. In: *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4., 2004*. São Paulo: USP, 2004.

XAVIER, A. C. R.; MARQUES, A. E. S. *Custo direto de funcionamento das escolas públicas de 1º grau da Região Sul*. Brasília, DF: MEC, SEB, 1988.

Recebido em 24/09/2015.

Aceito em 20/12/2015.